



Livros didáticos de história: A ausência do negro na narrativa do processo de Independência na Bahia

Textbook:

The absence of black people in the narrative of the Independence War in Bahia

Libro didáctico:

La usencia de los negros en la narrativa de la Guerra de Independencia en Bahía

Irineu Aranha Oliveira¹

Secretaria Municipal de Educação de Ibicuí (EDUC)

Kátia Vinhático Pontes²

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Dossiê

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar dois livros didáticos de história, aplicados ao oitavo ano do Ensino Fundamental Anos Finais sobre o processo de Independência na Bahia, entre os anos de 1822 e 1823, bem como sobre a ausência do negro, nas narrativas elaboradas nestes livros, sobre este conteúdo. O artigo se inicia com uma síntese e discussão sobre a história e historiografia da Independência, sobretudo, a partir dos trabalhos de historiadores que desenvolveram ou desenvolvem pesquisas na perspectiva da história social, “vista de baixo”, os quais investigam/investigaram o protagonismo negro. Em seguida o artigo faz a análise de dois livros didáticos do oitavo ano do Ensino Fundamental de diferentes editoras.

Palavras-chaves: Independência; Negro; Livro Didático; Educação.

ABSTRACT

This article aims to analyze two textbooks of history, used in the eighth year of Elementary School Final Years, which talks about the process of Independence in Bahia between the years 1822 and 1823, as well as the absence of black people in the narratives elaborated in these textbooks about this subject. The article begins with a synthesis and a discussion on the history and historiography of the Independence, specifically analyzing the works of historians who have developed or are developing research from the perspective of social history from the "non-dominant classes", which investigate/investigated the black protagonism. Then the article analyzes two textbooks of the eighth year of elementary school from different publishers.

Keywords: Independence; Black people; Textbook; Education.

¹ Mestre em História: Atlântico e Diáspora Africana pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Graduado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Possui especialização em História e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Professor de História da Secretaria Municipal de Educação de Ibicuí (EDUC). <https://orcid.org/0009-0006-6433-0289>. Endereço eletrônico: irineuaranha@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). <https://orcid.org/0009-0000-3091-9948>. Endereço eletrônico: kvpontesuesc@gmail.com.



RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar dos libros didácticos de historia, utilizados en el octavo año de los Años Finales de la Enseñanza Fundamental, que hablan sobre el proceso de Independencia en Bahía entre los años 1822 y 1823, así como la ausencia de los negros en las narrativas elaboradas en estos libros sobre este tema. El artículo se inicia con una síntesis y discusión sobre la historia e historiografía de la Independencia, sobre todo, a partir de los trabajos de historiadores que han desarrollado o están desarrollando investigaciones desde la perspectiva de la historia social, "vista desde abajo", los cuales investigan/investigaron el protagonismo negro. Enseguida el artículo hace el análisis de dos libros didácticos del octavo año de la Enseñanza Fundamental de diferentes editoriales.

Palabras claves: Independencia; Negro; Libro Didáctico; Educación

Introdução

O processo de Independência do Brasil, ao contrário do que geralmente aprendemos, na escola, e lemos nos livros didáticos de ensino de história, não teve caráter pacífico e não foi resultado apenas do enfraquecimento do Antigo Regime europeu, da ação do Príncipe Regente D. Pedro, de parte do poder político e da camada dominante centro-sulista brasileira. Não envolveu apenas sujeitos privilegiados brancos abastados ou remediados de Portugal e do Brasil, mas também, foi uma profunda inflexão na participação política de indígenas, negros e mulatos livres e libertos de cor, e escravos nascidos no Brasil ou na África, que ainda são excluídos e/ou invisibilizados na história que se conta nos livros didáticos utilizados na Educação Básica.

Na Bahia, por exemplo, onde os primeiros conflitos entre soldados baianos e portugueses principiaram no mês de fevereiro de 1822, foi travada uma guerra, que se estendeu de junho de 1822 a julho de 1823, como consequência das disputas políticas de portugueses e brasileiros nas “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, em Lisboa³.

Além do conhecimento em torno do processo histórico, sobre os quais nos referimos a seguir, é importante destacar algumas das contribuições da historiografia bem como os

³ As Côrtes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821 e 1822), foram reuniões da antiga instituição monárquica portuguesa, consultiva e representativa, convocadas para deliberar sobre a redação de uma Constituição para Portugal e seus domínios ultramarinos de grandes impactos sociopolíticos. A convocação das Côrtes decorreu da Revolução do Porto (1820), movimento liberal constitucionalista, que tinha defendido: a formação de uma monarquia constitucional; exigido o retorno imediato de Dom João VI, que estava no Brasil, desde 1808; e o reforço dos vínculos coloniais entre Portugal e Brasil. Os conflitos, nas Côrtes, gerados pelas divergências de interesses entre metrópole e colônia impulsionaram o processo de Independência do Brasil. (SCHULTZ, 2006).

avanços dos trabalhos de pesquisadores de outras áreas até o presente, pois se trata de campo de pesquisa não esgotado, como podemos ver nas presentes comemorações do Bicentenário da Independência da Bahia, pelo destaque dado a pesquisas: em torno da participação política das mulheres no processo histórico de formação do Estado brasileiro e dos processos vivenciados por regiões da Bahia, que não Salvador e o Recôncavo Baiano.

No que tange à participação das mulheres no processo histórico da Independência destaco o trabalho da educadora Eny Kleyde Farias, que também desenvolveu pesquisas sobre a participação do negro na guerra de Independência. Farias muda o foco da pesquisa e desenvolveu um trabalho biográfico sobre Maria Felipa de Oliveira, mulher negra, liberta, baleira e marisqueira, moradora da Ilha de Itaparica, que atuou nos conflitos ocorridos na ilha durante a guerra de Independência.

Segundo a pesquisadora, com o início dos confrontos contra os portugueses na luta pela independência do Brasil, Maria Felipa apresentou-se como voluntária e coordenou, durante o período dos conflitos entre brasileiros e portugueses, um grupo de quarenta pessoas, incluindo homens e mulheres, que sempre estavam dispostos a doar a sua vida em favor da independência. Além disso, Maria Felipa também liderava as Vedetas, tipo de sentinela responsável por anunciar a presença dos inimigos portugueses na Ilha, trabalho que era realizado dia e noite.

Maria Felipa de Oliveira era líder das Vedetas, observando as praias, as matas, os caminhos e subindo em outeiros, principalmente o do Balaústre e o da Josefa, que ficavam próximos aos campos de guerra, a fim de ter uma melhor visão, levando à noite, 'tochas acesas' para identificar os portugueses que desciam dos barcos para saquear (FARIAS, 2010, p. 76).

Farias discute a ação de Maria Felipa e demais membros da comunidade de Itaparica que participaram da guerra utilizando-se de recursos e saberes da comunidade, como o uso de armas não convencionais, por exemplo as facas (peixeiras) utilizadas no ofício de pescador, chicotes de cansação usados para chicotear os inimigos, entre outros artifícios, como incendiar barcos portugueses.

Ressalte-se que o volume das pesquisas produzidas, bem como, a divulgação em nível nacional, tornou evidente o quão ainda é pouco conhecido o processo da Independência



na Bahia, apesar de ter sido, rememorado, atualizado em seus significados e importância, e comemorado com festas a cada ano em algumas cidades deste estado.

Os conflitos de fevereiro de 1822, na cidade de Salvador, foram deflagrados a partir da tensão gerada em torno da promoção do tenente-coronel de Inácio Luís Madeira de Melo, a brigadeiro e de sua nomeação para governador das armas da Bahia, medida adotada também em outras províncias, para, inclusive com a força das armas, reforçar a dominação colonial que estava em declínio. E até junho, que marcou a deflagração da guerra, os conflitos se avolumaram.

Inácio Accioli de Cerqueira e Silva contemporâneo das lutas pela Independência, que realizou importante obra narrando os fatos históricos e publicando documentos, deu destaque aos acontecimentos no mês de fevereiro daquele ano:

As 6 horas da manhã do mesmo dia 19, se ouvirão diversos tiros de fuzil para o lado da rua de João Pereira formou-se logo o batalhão 12, e sucessivamente um cabo de esquadra, do piquete postado na praça da Piedade, chegar a participar, que as avançadas do regimento d'artilharia havião rompido o fogo, e que pela mesma rua seguia quantidade de tropa com peças. (SILVA, 1836, p, 56)

Embora Madeira de Melo, no primeiro momento, tenha sufocado a oposição, as tensões cresceram, em um contínuo, na Bahia. As famílias mais abastadas e contrárias ao governador das armas, deixaram a cidade de Salvador, refugiaram-se nas vilas do Recôncavo ou em suas terras, e de lá organizaram a resistência, até o enfrentamento, que ocorreu no dia 25 de junho na vila de Cachoeira, quando a Câmara Municipal reconheceu o Príncipe Regente D. Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil.

Segundo Cerqueira e Silva, após a cerimônia, os habitantes de Cachoeira foram surpreendidos por tiros disparados pelos portugueses insatisfeitos e por tiros advindos de uma canhoneira.

Foi porém interrompido o júbilo deste dia pelo gênio do mal: na marcha que a tropa e povo fazião para suas casas, depois de terminado aquelle acto religioso, ao descerem á rua principal , soffrerão alguns tiros de fusilaria, disparados da casa do Portuguez Manoel Machado Nunes, um dos quaes varou a barretina do major Joaquim José de Bacellar e Castro, e da referida escuna de guerra se descarregarão três peças com metralha, cujo resultado, a não ser o refluxo da maré, causaria infalivelmente a mais horrível carnificina , empregando-se a maior parte da mesma metralha no caes, contra o qual a baixa mar fez dirigir as pontarias das peças, que estavam em formal direcção offensiva á villa (SILVA, 1836, p. 104)

Os acontecimentos em Cachoeira são considerados os marcos iniciais da guerra que, em meio a conflitos bélicos, disputas políticas, étnicas e sociais nos diversos estratos da sociedade, ao cerco à cidade de Salvador, prejudicando o abastecimento de alimentos, entre outros, se estendeu até julho de 1823, quando as tropas de Madeira de Melo abandonaram a cidade de Salvador e o “Exército Pacificador” adentrou à cidade e consolidou a vitória baiana/brasileira na guerra.

No período das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, Braz Hermenegildo do Amaral, que divulgou a obra de Cerqueira e Silva, defendeu, nas primeiras décadas do século XX, que a Bahia deveria assumir a centralidade na historiografia da Independência do Brasil. Além disso, via como injusto que as comemorações do centenário da Independência (1922) orbitassem o eixo centro-sul. Para o autor, a Bahia foi a protagonista no processo de Independência.

Tirem da independência a campanha da Bahia e ela ficará reduzida a um arranjo familiar e muito burguês, com a intenção de Sir Carlos Stuart, que representava os interesses dos ingleses e o dinheiro com o qual o govêrno do novo império procurou compensar ao govêrno da metrópole os seus prejuízos, [...] A campanha da independência é o primeiro ato de valor e a primeira prova de vigor e de capacidade dos brasileiros e o acontecimento de relêvo, digno de figurar na história de uma nacionalidade, porque forma o vinco de uma poderosa ação. (AMARAL, 1957, p. 60)

A partir da segunda metade do século XX, historiadores e pesquisadores desenvolveram pesquisas sobre a sociedade baiana oitocentista, em especial, investigaram o negro na sociedade baiana, destacadamente no processo de Independência na perspectiva de uma história política e social, e discutiram a participação de populares no processo de Independência do Brasil. O presente texto, que não tem a pretensão de tecer uma revisão bibliográfica, apenas destacou as reflexões de alguns deles.

O historiador Luís Henrique Dias Tavares, seguindo pistas de Amaral também afirmou o papel definidor da guerra da Bahia no processo histórico da Independência do Brasil⁴. Tavares é referência importante nos estudos da História da Bahia e especialmente da

⁴ Luís Henrique Dias Tavares escreveu sobre a ação do negro na história social e política da Bahia ao pesquisar sobre a Conjuração Baiana de 1798, conhecida também como Revolta dos Alfaiates e assim referida neste texto,



Independência. Sua obra dedicada ao tema “A Independência do Brasil na Bahia”, foi publicada pela primeira vez em 1977, pela editora Civilização Brasileira. Esta primeira edição se encerrou com o cerco do “Exército Pacificador” à cidade de Salvador, em novembro de 1822. No ano de 2005, o livro foi reeditado e publicado pela Edufba, com uma pequena alteração no título: o artigo (a) foi suprimido, ficando a nova grafia “Independência do Brasil na Bahia” e o autor acrescentou mais um capítulo, intitulado “Sangue, doenças e fome”. Para Tavares, não se trata de uma reedição, mas de um novo livro.

O historiador João José Reis no livro *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* produziu importante interpretação sobre a participação das camadas populares nas lutas pela Independência. No capítulo “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”, aponta para a heterogeneidade e complexidade do negro na Bahia oitocentista. O autor adotou a expressão “partido negro” para agrupar esses sujeitos heterogêneos e, a partir daí, investigou a participação do “partido negro” na Guerra de Independência ocorrida na Bahia (REIS; SILVA, 1989).

Em seguida nos detemos na análise das atitudes dos negros e pardos, livres ou escravos, diante dos acontecimentos, e discutimos os temores da elite frente ao que se chamou na época ‘partido negro’ da Independência. O ‘partido negro’ era ao mesmo tempo uma construção ideológica da elite e um fenômeno absolutamente real. Neste último sentido ele significava os vários grupos negro-mestiços de escravos, libertos ou homens livres que, cada qual à sua maneira, tentaram negociar uma participação no movimento da Independência, ou subverter a própria ordem escravocrata no calor do conflito luso-brasileiro. (REIS; SILVA, 1989, p. 80)

O historiador Ubiratan Castro de Araújo, ampliando as análises sobre o negro como sujeito histórico, ao discutir o que ele intitulou de “política dos homens de cor no tempo da Independência”, ressaltou que as rebeliões organizadas por africanos e descendentes (escravos, libertos e forros) ocorridas entre o final do século XVIII até a quarta década do século XIX, tendo como marco inicial a Revolta de Búzios de 1798, e marco final a Revolta dos Malês em 1835, demonstram que existia na Bahia oitocentista um possível planejamento

publicou diversos trabalhos sobre esse tema, os quais foram reunidos em 2003 e publicados pela Edufba, com o título ‘Da Sedição de 1798 à Revolução de 1824 na Bahia’. Maria José Andrade e Marli Geralda Teixeira destacaram a importância das pesquisas deste historiador para as interpretações deste processo histórico e ressaltam ser a separação do Brasil/Bahia de Portugal tema de preferência e especialidade de Tavares a partir de vasta pesquisa documental que resultou em importante acervo de artigos, livros didáticos, paradidáticos, trabalhos temáticos, conferências, aulas e entrevistas. (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 38-39)

com objetivo de liberdade coletiva, e até mesmo a conquista da cidade, assim como aconteceu no Haiti.

Os escravos e libertos africanos eram estrangeiros e prisioneiros de uma sociedade hostil. [...] Solidários no cativeiro, terminaram por construir uma identidade africana, unificada no exílio, a partir das várias matrizes culturais de que eram portadores. [...] Para eles, a cidade era o próprio cativeiro e para saírem da escravidão era imperioso sair da cidade ou conquistá-la para fazer dela uma cidade africana, como fizeram os seus parentes no Haiti, que proclamara ‘uma República dos descendentes de Africanos na América’ (ARAUJO, 2004)

Kátia Vinhático Pontes avançou na discussão em torno dos conflitos raciais e afirmou, por sua vez, os indícios da configuração de um “partido mulato”, delineado principalmente pelas ações políticas de sujeitos livres de cor que participavam, na Bahia, dos corpos armados. A autora evidencia essa disputa que ganha conotações raciais, a partir do movimento social da Revolta dos Alfaiates.

Tal situação pode ser constatada através do movimento dos Alfaiates na medida em que se constatava que a maioria rebelde era de homens de cor e que seu projeto político incluía a igualdade entre os homens: quer o povo que todos os membros militares de linha milícias e ordenanças; homens brancos, pardos e pretos concorram para a liberdade popular. A sociedade não poderia ignorar a mobilização dos grupos de cor e a necessidade de inserção e participação desses grupos nas diversas esferas da sociedade. A contenção do movimento, sua devassa e as condenações ilustram o temor existente entre as autoridades quanto a força e a capacidade de transformação da ordem e, conseqüentemente, por em risco a estabilidade colonial (PONTES, 2000, p. 147).

O receio presente das autoridades no período da devassa da revolta dos Alfaiates, nos fins do século XVIII, ao qual Pontes se refere, havia sido ressaltado por Reis, ao afirmar que o temor demonstrado pela elite baiana em relação aos negros na guerra pela Independência não impediu a participação destes⁵. Embora os objetivos e anseios não fossem coesos, enquanto os escravos ansiavam pela liberdade, os forros e os homens de cor livres queriam alçar um degrau a mais na escala social.

⁵ Segundo João José Reis, a elite baiana temia que a participação de escravos, libertos e homens de cor livres na guerra possibilitasse a organização daqueles em uma revolta contra o sistema escravocrata. O medo da elite baiana justificava-se pelo exemplo da revolta escrava da Ilha de São Domingos no final do século XVIII e início do século XIX, revolta que derrubou a elite branca e instaurou um governo de afrodescendentes.



Com efeito, os escravos, sobretudo os crioulos e os pardos nascidos no Brasil, mas também os africanos, não testemunharam passivamente o drama da Independência. Muitos chegaram a acreditar, às vezes de maneira organizada, que lhes cabia um melhor papel no palco político em via de ser montado com a vitória baiana. (REIS, 1989, p. 92)

Hendrik Kraay, investigou o recrutamento de escravos para as forças militares que combateram em favor da Independência e ressaltou que não houve recrutamento oficial na Bahia, mas que os escravos participaram da guerra, principalmente em funções auxiliares, mas também diretamente do corpo militar. Alguns destes foram confiscados por Pierre Labatut⁶ das propriedades de portugueses ausentes, outros fugiram do domínio dos senhores e ingressaram nas fileiras do exército, pois, a partir do confisco feito por Labatut dos escravos pertencentes aos portugueses ausentes, “corriam boatos que qualquer escravo que se oferecesse voluntariamente seria liberto” (KRAAY, 2002, p. 113).

De acordo com o que dissertamos até aqui percebemos que a classe dominante baiana não evitou a presença dos populares na guerra, entre eles, escravizados, libertos e homens de cor livres. Estes últimos, apesar de terem alguns anseios em comum formavam um grupo diverso e heterogêneo na Bahia oitocentista, portanto, de difícil articulação em prol de um ideal em comum. A ideia de uma possível organização articulada destes populares, era em grande parte oriunda do receio por parte das autoridades e dos detentores de privilégios na sociedade baiana que desejavam a Independência, mas a manutenção da ordem e da estrutura social colonial escravista.

Para Sérgio Guerra Filho, a elite baiana não conseguiu evitar, porém neutralizou com certa eficiência as ações de rebeldia das classes populares durante o processo da Guerra resultando assim na vitória de um projeto de Independência conservador.

[...] No entanto, esta rebeldia teve seus limites. Primeiro porque nunca atingiu níveis tais que inviabilizassem a campanha contra a ocupação militar portuguesa da cidade da Bahia [...] Uma das explicações vem do fato de esta rebeldia não ter se articulado e não ter se solidificado o suficiente para contrapor e suplantar o projeto conservador de independência levado a cabo pelos os grandes proprietários baianos, por uma outra independência de cores populares, garantindo-lhes o acesso a trabalho, terra e direitos políticos e sociais. (GUERRA FILHO, 2004, p. 130)

⁶ Pierre Labatut foi um general francês nomeado pelo Príncipe Regente D. Pedro no mês de junho de 1822 para comandar o exército libertador baiano/brasileiro contra as forças portuguesas radicadas na Bahia e lideradas pelo Brigadeiro Inácio Madeira de Melo

A discussão historiográfica baiana sobre a importância da Guerra de Independência, na Bahia, para a definição da história da Independência no Brasil, tem destaque desde a primeira metade do século XIX, enquanto a discussão sobre a participação do negro na referida guerra se avoluma a partir da segunda metade do século XX.

O presente artigo propõe investigar se essas discussões se refletem nos conteúdos apresentados pelos livros didáticos de história, na Educação Básica, portanto, a partir do próximo tópico, faremos considerações sobre a importância de processos que implicam na produção de livros didáticos e em seguida, passaremos à uma análise de dois livros didáticos de história utilizados no oitavo ano do Ensino Fundamental, anos finais, em escolas do município de Ibicuí, cidade do interior da Bahia⁷.

1. O processo de Independência na Bahia e o Negro no livro didático de história

O livro didático é uma ferramenta de grande importância no desenvolvimento do ensino/aprendizagem, em especial nas escolas públicas do Brasil, principalmente se temos em vista, que muitas vezes ele é o elemento norteador da prática pedagógica. Vale ressaltar e considerar que muitas vezes os alunos que frequentam, sobretudo, as escolas públicas periféricas dos médios e grandes centros, ou de cidades de pequeno porte, são na maioria das vezes privados, por uma série de fatores entre eles o econômico, do acesso aos bens culturais como bibliotecas, leituras, viagens, cinema, teatro etc.

Nesse cenário o livro didático se mantém como ferramenta fundamental utilizada pela educação escolar e é fundamental analisar a historicidade da produção dos livros didáticos, seus condicionantes e objetivos legais, formato e conteúdo dos livros entre outros. Impõe-se a necessidade permanente de discutir o papel das políticas públicas voltadas para a educação, no caso dos livros didáticos de história o conhecimento construído pelos

⁷ Os livros didáticos escolhidos para análise são aplicados na cidade de Ibicuí pelo motivo de um dos autores deste artigo lecionar em escolas públicas e privadas do município, ter conhecimento prévio dos livros e experiência na sala de aula da Educação Básica.



historiadores e pesquisadores diversos; a legislação, e a ação dos agentes públicos e privados tais como editoras e docentes.

No contexto da Abertura política e início da redemocratização no Brasil, foi criado, em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que vigora até os dias atuais. Inicialmente, o programa tinha como objetivo a distribuição de livros didáticos aos alunos do 1º Grau, o que corresponde atualmente ao Ensino Fundamental. O decreto garantia, também, aos professores do 1º Grau a participação efetiva na escolha do livro didático (BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985).

Ao longo dos anos, o PNLD passou por diversas transformações, acompanhado de mudanças na legislação educacional, como a Lei 9394 do ano de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que, no parágrafo 4º do artigo 26, determina que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A mudança legal enfatiza a necessidade de o ensino de história na Educação Básica levar em consideração no processo de formação da sociedade brasileira três matrizes principais: indígena, africana e europeia. Sendo assim, entendemos que os livros didáticos produzidos e distribuídos a partir do final do século passado devem seguir os parâmetros legais.

Sobre as mudanças na legislação educacional, na busca da prática de um ensino inclusivo, no qual estivesse presente as discussões sobre as contribuições social, política e cultural do negro na formação da sociedade brasileira, no ano de 2003, primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi aprovada a Lei 10.639, que alterou a Lei 9.394/96 e incluiu a obrigatoriedade do ensino na Educação Básica da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, determinando que:

Art. 26 - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e

de Literatura e História Brasileiras (BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003).

É importante salientar que a Lei 10.639/03 foi alterada no ano de 2008, pela Lei 11.645/08, a qual incluiu o estudo da cultura indígena no currículo da Educação Básica. A promulgação destas leis é, inegavelmente, um marco que representa avanço das minorias sociais, no sentido da busca efetiva pelo rompimento com uma educação eurocêntrica, ao mesmo tempo que visa valorizar o protagonismo dos negros e indígenas na formação econômica, política e cultural da sociedade brasileira.

No que se refere, ainda, à legislação educacional, no ano de 2017, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental, documento de caráter normativo que visa referenciar a construção dos currículos da Educação Básica em todo o território nacional⁸. Em relação aos conteúdos, a BNCC divide a grade curricular por unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

No Ensino Fundamental – Anos Finais, “Os processos de independência nas Américas” é a unidade temática a ser trabalhada no oitavo ano e “Os caminhos até a independência do Brasil” está entre os objetos de conhecimento. A referida unidade temática é composta por oito habilidades, entre elas a (EF08HI11)⁹ que propõe: “Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti” (BNCC, 2017, p. 424).

Percebemos que, a partir do final do século XX, a legislação educacional buscou garantir a inserção, no processo de ensino/aprendizagem, das contribuições social, cultural e política do negro na formação da sociedade brasileira, sendo que a habilidade supracitada da BNCC explicita a necessidade de se explicar a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de Independência no Brasil.

⁸ Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e objetiva a princípio contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BNCC, 2017, 8).

⁹ Ensino Fundamental, 8º ano, habilidade nº 11 (BNCC).



Diante do que foi exposto, cabem alguns questionamentos sobre o livro didático de história e sua abordagem sobre o processo histórico da Independência na Bahia e a presença do negro na referida guerra: como o livro didático aborda a Independência? Existe espaço para variadas interpretações e hipóteses? Como as guerras ocorridas nas províncias, em especial na Bahia, aparecem no livro didático? E a participação dos populares, em especial escravos, libertos e homens de cor livres, no processo e Independência está presente no livro didático?

Com o objetivo de responder a esses questionamentos, passamos a analisar dois livros didáticos utilizados em duas escolas do município de Ibicuí.¹⁰ Estes dois títulos foram produzidos após a publicação da BNCC e, segundo as editoras, seguem as orientações da legislação curricular vigente. O primeiro livro, da editora Moderna, faz parte do PNLD, sendo utilizado em uma escola pública, enquanto o segundo livro, da editora “Construir”, não tem o selo do PNLD e é utilizado em uma escola particular do município.

2. Analisando os livros didáticos de história utilizados na cidade de Ibicuí-Bahia

O primeiro livro didático analisado “Estudar história: das origens do homem à era digital”, de autoria das professoras Patrícia Ramos Braick¹¹ e Anna Barreto¹², é composto por 4 unidades subdivididas em 11 capítulos. Cada unidade é introduzida por uma imagem contemporânea relacionada à temática abordada na unidade. Os capítulos também são introduzidos por uma imagem, com texto introdutório sobre o tema do capítulo.

Os capítulos contêm imagens em quase todas as páginas dos conteúdos. É possível encontrar uma ou mais imagens, que variam entre fotos atuais, gravuras e charges retratando o

¹⁰ Ibicuí é um município de pequeno porte situado no sudoeste baiano, com a população, de acordo o senso de 2010, de 15.785 habitantes, com estimativa de 16.262 para o ano de 2021. No município, existem três escolas que trabalham com o Ensino Fundamental Anos Finais, uma da rede pública e duas da rede privada, sendo que uma dessas é de ensino confessional.

¹¹ Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela PUC/RS. Há muitos anos, é autora de livros didáticos que são reconhecidos em todo o Brasil e refletem sua longa experiência como professora em escolas de Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/pnld2017/obras/novo-estudar-historia.htm#:~:text=Patr%C3%ADcia%20Ramos%20Braick%20%C3%A9%20mestre,em%20escolas%20de%20Belo%20Horizonte.>> Acesso em 13 de maio 2021.

¹² Mestre em História Social pela USP. Professora da educação básica nas redes pública e privada de São Paulo/SP, desde 1987. Disponível em <https://redes.moderna.com.br/tag/anna-barreto/> > Acesso em 13 de maio 2021.

momento histórico, ou da época, além de mapas. Dentro do capítulo, encontra-se exercícios de fixação com os títulos, “Recapitulando” e “Explore”. Cada capítulo é composto, também, por uma leitura complementar, com textos e exercícios para aprofundamento do conteúdo estudado. No final de cada capítulo, o livro disponibiliza atividades para fixação com questões abertas e fechadas, uma das questões oriunda do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, ou vestibulares de anos anteriores.

Retornando à estrutura das unidades do livro em análise, apresentaremos as temáticas de cada unidade. A primeira unidade, intitulada “O mundo ocidental em transformação”, contém dois capítulos: “Das revoluções inglesas à revolução industrial” e “Novas ideias: o Iluminismo e os fundamentos do liberalismo econômico”. A unidade 2, com o tema “Revoluções e independências”, é composta por três capítulos: “A independência dos Estados Unidos”, “A França: revolução e era napoleônica” e “Independências na América Espanhola”. A unidade 3, “Brasil: da crise do sistema colonial ao segundo reinado”, é composta pelos capítulos “Das rebeliões coloniais às lutas pela emancipação na América Portuguesa”, “Do primeiro reinado às regências” e, por fim, “O segundo reinado”. A última unidade, “Transformações no século XIX”, contém os capítulos “Revoluções e novas teorias do século XIX”, “Os Estados Unidos do século XIX” e finaliza com “A nova ordem econômica e o imperialismo”.

A distribuição dos temas reforça o pensamento eurocêntrico, no qual os acontecimentos ocorridos na Europa ocupam a centralidade na narrativa. Ao mesmo tempo, a obra segue a orientação da BNCC, com a apresentação de uma história linear e cronológica, neste sentido a história da América é vista como consequência da história europeia. Percebemos essa ideia ao observar a distribuição das quatro unidades que compõem o livro, começando pelas revoluções políticas e econômicas ocorridas na Inglaterra e o desenvolvimento do pensamento iluminista e, na unidade seguinte, a Revolução Francesa, o governo de Napoleão e as independências na América espanhola.

Após duas unidades centradas na história europeia, a terceira unidade traz a história do Brasil, começando pelas rebeliões ocorridas no Brasil colonial no final do século XVIII, Conjuração Mineira e Baiana, depois a vinda da família real portuguesa para o Brasil e o



processo de Independência, seguindo com o primeiro e segundo reinados. A unidade 4 retorna a discussão para a Europa com as revoluções e as teorias políticas do século XIX e segue com a história dos Estados Unidos no século XIX. O livro didático finaliza a unidade com uma abordagem econômica, apresenta a segunda revolução industrial, crise do capitalismo, imperialismo e dominação europeia na África e Ásia.

O capítulo de número 6, que compõe a terceira unidade, é o que interessa mais diretamente à discussão deste artigo. A seguir, analisaremos como o livro didático em questão trata o processo de Independência do Brasil.

O referido capítulo, intitulado “Das rebeliões coloniais às lutas pela emancipação na América portuguesa”, traz a foto do grafite do grupo Bliss Wall, que tem a imagem de um garoto com características mestiças, tendo no fundo a bandeira do Brasil. No texto introdutório as autoras citam Tiago Guimarães que apresenta o resultado de uma pesquisa de opinião pública na qual apenas 4% dos brasileiros se definem como latinos. A seguir apresentam um breve conceito sobre quem são os latino-americanos “...aqueles nascidos na América Latina, isto é, nos países cujas línguas derivam do latim, como o espanhol, o português e o francês...” (BRAICK; BARRETO, 2018, p. 115).

Percebe-se, na introdução do capítulo, que as autoras apresentam dados os quais comprovariam um certo desprezo da população brasileira contemporânea em relação ao sentimento de pertença à América Latina, na sequência do texto elas apresentam os possíveis motivos que contribuiriam para o desenvolvimento do sentimento de repulsa dos brasileiros. “Os motivos para isso podem ser vários, como a diferença da língua, as rivalidades das metrópoles no período colonial e as distintas soluções políticas após o processo de independência”. (BRAICK; BARRETO, 2018, p. 115).

As duas primeiras páginas do capítulo (116 e 117) abordam a crise enfrentada por Portugal no século XVIII, como a perda de possessões no oriente para a Holanda e a queda do lucro com a venda do açúcar devido à produção deste produto pelas Antilhas. Além da crise, o capítulo apresenta as reformas implementadas por José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, e as consequências destas medidas para o Brasil, como a derrama¹³.

¹³ A derrama era o imposto referente ao quinto da extração aurífera cobrado pela Coroa Portuguesa. No final do século XVIII, alguns membros da elite mineira insatisfeitos com a sua cobrança planejaram uma revolta, que foi debelada antes da execução.

As páginas seguintes (118 e 119) são dedicadas à Conjuração Mineira, plano de revolta ocorrida em Minas Gerais, no ano de 1789, que não se concretizou, denunciado por um dos conspiradores, o que resultou na prisão dos líderes do movimento, sendo que José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, foi o único a sofrer a pena máxima, a execução em praça pública.

O livro apresenta a Conjuração Mineira como resultado da pressão exercida pela Coroa portuguesa em relação à cobrança de impostos, sendo que o anúncio da derrama aterrorizou a população mineira, e a elite da província organizou o movimento rebelde, do qual participaram poetas, padres, fazendeiros e o alferes Tiradentes. O livro também evidencia a influência do pensamento iluminista na organização do movimento, pois alguns dos conspiradores estudaram na Europa e tiveram contato com estes ideais.

No flanco esquerdo da página 118, o livro expõe uma nota sobre as rebeliões ocorridas na região das minas, evidenciado que a Conjuração Mineira não foi a única dessa natureza. Porém, segundo as autoras, as revoltas anteriores não tinham caráter nacional e devem ser entendidas apenas como insatisfações de algumas camadas sociais com a Coroa portuguesa.

As autoras atribuem um caráter nacionalista à Conjuração Mineira, o que, segundo elas, diferencia esse movimento rebelde dos demais. Porém, parece um exagero afirmar que o movimento rebelde de 1789 configura-se em um movimento nacionalista, até mesmo porque é complexa a ideia de uma unidade no Brasil do século XVIII. A Conjuração Mineira foi um movimento com ideias separatistas, como a formação de uma república em Minas, no entanto, assim como outros movimentos ocorridos na região das minas, a Conjuração de 1789 surge, principalmente, da insatisfação da elite mineira com a Coroa portuguesa.

Nas páginas seguintes (120 e 121), o livro aborda a Conjuração Baiana, conhecida também como Revolta de Búzios ou Revolta dos Alfaiates, movimento ocorrido em Salvador, no ano de 1798, também com propostas separatistas, como a criação da República Bahinense, além de defender a igualdade racial, proposta ausente da Conjuração Mineira.

Segundo as autoras, assim como aconteceu na Conjuração Mineira, a Revolta de Búzios também sofreu influência do iluminismo e citam a criação da Sociedade Maçônica



Cavaleiros da Luz, na qual os membros se reuniam para estudar os textos dos pensadores iluministas. No entanto, a revolta baiana tem características específicas, tais como a participação ativa de populares como escravizados, libertos, alfaiates e soldados.

As autoras enfatizam que a revolta baiana foi rapidamente sufocada e, por se tratar de um movimento com participação popular, mais pessoas sofreram a pena máxima: no total, quatro participantes foram executados, todos de classe social economicamente inferior e descendentes de africanos.

Após à abordagem dos dois principais movimentos de resistência à Coroa portuguesa, Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana, o livro didático em análise volta a atenção para os acontecimentos ocorridos na Europa e que terão consequências diretas no Brasil, como: as tensões entre Portugal e a França de Bonaparte; a necessidade da vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo de Napoleão; as relações comerciais entre o Brasil colônia; e a Inglaterra a partir dos decretos do príncipe regente, D. João VI.

Nas páginas 124 e 125, o livro trata das mudanças ocorridas no Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte, com o objetivo de aproximar a cidade aos padrões europeus, como a criação da Imprensa Régia e a liberdade para impressão de jornais e livros no Brasil, inauguração de casas comerciais especializadas na venda de artigos de luxo europeu, investimento em espetáculos culturais entre outras ações.

Porém, a vinda da família real trouxe alguns infortúnios à população do Rio de Janeiro, com o aumento populacional devido ao elevado número de pessoas vindas de Portugal. Houve problemas com abastecimento de água e alimentos, moradias. As autoras citam Costa e apontam para o crescimento do número de escravos: em apenas três anos, o número duplicou, passou de 9.602 para 18.677. Com isso, a população negra era cerca de três quartos da população do Rio de Janeiro (COSTA, 2008. Apud. BRAICK; BARRETO, 2018, p. 125).

A Revolução Pernambucana de 1817 é citada na página 126 e, na página seguinte, o livro trata do retorno de D. João VI para Portugal, pressionado pela Revolução Liberal de 1820 ocorrida em Portugal, que pôs fim à monarquia absolutista e inaugurou uma monarquia constitucional. O livro enfatiza que o desejo das Cortes de Lisboa era restabelecer os monopólios e privilégios da burguesia portuguesa, o que, na prática, significava maior

controle sobre as colônias, e não agradou à elite brasileira que havia se beneficiado com a abertura dos portos e outras conquistas.

As páginas 128 e 129 tratam da culminância do processo de Independência, as autoras citam os partidos envolvidos no processo: o partido brasileiro, composto pela elite brasileira, defendia uma ruptura sem a participação popular; o partido português, composto pelos comerciantes portugueses, funcionários da Coroa e alguns militares, apoiava a recolonização e o retorno do príncipe regente, d. Pedro para Portugal; e, por fim, os Liberais Radicais, grupo composto por membros das camadas médias urbanas, que geralmente defendia medidas mais radicais, como a ruptura com Portugal e até a adoção de um governo republicano.

O livro da editora Moderna apresenta o protagonismo de D. Pedro I, aliado à aristocracia e às camadas médias brasileiras no processo de Independência. Apenas nos três últimos parágrafos da página 129 é que as autoras citam os movimentos de resistência à Independência

A independência, contudo, não foi imediatamente aceita em todas as regiões do Brasil. Nas províncias do Maranhão, Grão-Pará, Piauí e Pernambuco, em parte da Bahia e na Província Cisplatina, havia uma grande concentração de militares, grandes comerciantes e altos funcionários portugueses, que se recusaram aceitar a ruptura com Portugal e decidiram resistir. (BRAICK; BARRETO, 2018, p.129)

Após essa menção às províncias que se rebelaram contra a Independência, o livro faz um pequeno destaque sobre o conflito ocorrido no Piauí, a Batalha do Jenipapo, que ocorreu no dia 13 de março de 1823, e enfatiza a participação dos sertanejos piauienses. No penúltimo parágrafo, as autoras citam a guerra de Independência na Bahia.

Para lutar contra os aliados das Cortes, as tropas do Brasil também tiveram que intervir. Além disso, D. Pedro I contou com a colaboração de mercenários britânicos, que foram contratados para combater as províncias rebeldes, como foi o caso da Bahia. Somente um ano após a independência, a unidade territorial do Brasil foi concluída. (BRAICK; BARRETO, 2018, p.129)

Na parte inferior da página, o livro traz uma nota sobre a participação de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, que se disfarçou de homem e integrou às tropas baianas na guerra de Independência e, com o fim da guerra, foi condecorada com a ordem de Cavaleiro Imperial



do Cruzeiro. O capítulo finaliza com a abordagem sobre a situação dos negros e índios nas últimas décadas do Brasil colonial.

O livro didático em análise faz uma abordagem cronológica e linear do processo de independência do Brasil, a começar pela crise enfrentada pela metrópole no século XVIII; as reformas econômicas de Pombal; as revoltas contra o arrocho da Coroa portuguesa; vinda da família real portuguesa para o Brasil; relações econômicas com a Inglaterra; Revolução Liberal do Porto; volta de D. João VI para Portugal; e aliança do príncipe regente Pedro de Alcântara com a elite brasileira, que culminou com a Independência.

A Independência apresentada pelo livro didático adota a perspectiva de quase exclusivamente resultado da crise do Antigo Regime, ou seja, do absolutismo monárquico europeu. O livro didático apresenta poucos elementos de protagonismo dos brasileiros no processo de Independência, cita três revoltas, as conjurações Mineira e Baiana do final do século XVIII e a Revolta Pernambucana na segunda década do século XIX. Porém, as autoras enfatizam os ideais iluministas que permearam os movimentos rebeldes.

É necessário frisar que este trabalho não tem a intenção de negar as influências dos acontecimentos ocorridos no outro lado do Atlântico na Independência do Brasil, mas salienta a necessidade de o livro didático abrir espaço para a discussão do protagonismo de outros atores no referido processo.

Como citado anteriormente, a Lei 10.639/03, no parágrafo primeiro do artigo 26, preconiza o resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política na construção da História do Brasil, bem como a habilidade 11, referente ao ensino de História da BNCC, de 2017, traz a necessidade de destacar a participação dos diferentes grupos sociais no processo de independência do Brasil.

O livro didático em discussão “Estudar História” não contempla o parágrafo primeiro da Lei 10.639 e tão pouco a habilidade 11 (EF08HI11). Em primeiro lugar, por não dar destaque às lutas travadas nas províncias em prol da Independência do Brasil. Nas quinze páginas dedicadas ao tema, apenas três parágrafos mencionam as rebeliões ocorridas nas províncias. Na Bahia, as batalhas perduraram por cerca de um ano e o livro apresenta de maneira explícita que o protagonismo de D. Pedro I, aliado aos mercenários estrangeiros, foram os responsáveis pela vitória brasileira contra a resistência portuguesa.

Em segundo lugar, o livro didático em análise não cita a ação dos escravizados, libertos e homens de cor livres nas batalhas corridas na Bahia e também nas outras províncias. Ao fazer a leitura do capítulo e realizar os exercícios, o estudante da Educação Básica será levado a entender a Independência como resultado do jogo de forças entre os europeus, as Cortes de Lisboa, D. João VI e o príncipe regente, D. Pedro, com alguns enfrentamentos esporádicos entre representantes portugueses e uma pequena elite brasileira.

Faz-se urgente que o livro didático evidencie o negro como sujeitos do processo de Independência, com interesses variados, com a diversidade de pensamentos, mas incluído neste processo, às vezes atuando a favor dos portugueses, em outros momentos ao lado das forças patriotas na busca pela Independência. Mas é importante o livro didático apontar que, com toda a diversidade de pensamentos e desejos, o negro faz parte da construção cultural, social e política do Brasil, inclusive no processo de Independência.

O segundo livro didático analisado, “Diálogos da História”, de autoria Fábio Salvari¹⁴, foi publicado pela editora “Construir”. Assim como o livro da editora Moderna, é dividido em quatro unidades e conta com um capítulo a mais, 12 ao todo. A primeira unidade é composta pelos capítulos “A Revolução Inglesa, O Iluminismo, Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa e Período Napoleônico”; a unidade 2, “A vinda da família real e a Independência do Brasil,” O Período Regencial e seus conflitos”; unidade 3, “Uma breve história do século XIX nas Américas”, “A Revolução Industrial e as doutrinas do século XIX”, “A Europa no século XIX e imperialismo”; e, por fim, a unidade 4, “Segundo Império no Brasil”, “O fim da escravidão”, “A monarquia enfraquece”.

A estrutura do livro didático da Construir é semelhante ao livro da Moderna, apresentando uma ordem cronológica da História. Os temas abordados nos capítulos, com poucas exceções, são os mesmos, a ordem de distribuição tem algumas variações. Diferentemente da editora Moderna, o livro da editora Construir não apresenta títulos nas unidades. Os quatros primeiros capítulos dos dois livros em análise apresentam as mesmas

¹⁴ Mestrado em História pela Unicap, Professor de História, formado pela PUC-SP, pós-graduado pela UFPE em Administração Escolar. Autor de livros didáticos (Coleção História Contextualizada e Coleção Diálogos da História, ambas de 6º ano ao 9º ano).



temáticas. A partir do quinto capítulo, existem variações na ordem de distribuição dos temas, mas que não interferem no sentido da apresentação cronológica da história.

No livro da editora Construir, cada unidade tem na abertura uma foto relacionada a algum tema abordado em um dos capítulos que compõem a unidade. No lado direito da imagem principal, a imagem de um *smartphone*, com a tela de início exibindo um gravador de voz, além de um pequeno texto introdutório.

Os capítulos são ricos em ilustrações, quase todas as páginas contêm uma ou mais imagens. Além do conteúdo, os capítulos contêm textos de apoio, um primeiro intitulado de “SAIBA MAIS” e o outro “Curiosidades”. No final de cada capítulo, existem exercícios de fixação com questões abertas e outro espaço intitulado “Pensando no vestibular” com questões de processos seletivos realizados em anos anteriores.

O capítulo 5 da unidade dois é dedicado à Independência: “A vinda da família real e a Independência do Brasil”. O título do capítulo já deixa claro o sentido da independência relacionado diretamente à ação da família real portuguesa. Diferentemente do livro didático da editora Moderna, o livro da Construir aborda os movimentos rebeldes da Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana, no capítulo 2, que tem como tema “O Iluminismo”. O autor deixa claro que os movimentos rebeldes tiveram influências diretas dos ideais iluministas europeus e da Independência dos Estados Unidos. Segundo o autor, “A Inconfidência Mineira foi um movimento conspiratório que ocorreu em 1789, influenciado por ideais iluministas e pelo processo de independência dos Estados Unidos” (SALVARI, s/d, p. 32).

A imagem que introduz a Unidade 2 é a foto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro que foi construído a mando de D. João VI. O texto introdutório faz referência ao espírito de rebeldia dos brasileiros contra o domínio português, porém afirma que a Independência brasileira ocasionou apenas a troca de comando e manteve a estrutura de poder. Tanto a imagem quanto o texto introdutório da unidade enfatizam a ideia eurocêntrica e elitista do processo de Independência do Brasil.

O capítulo “A vinda da família real e a Independência do Brasil” compreende as páginas 86 a 95 do livro e inicia a abordagem pelos acontecimentos ocorridos na Europa, no início do século XIX, em especial a ascensão e ações de Napoleão, as relações entre Portugal

e Inglaterra e a decisão da família real portuguesa em mudar para o Brasil, a fim de evitar o enfrentamento com as tropas de Napoleão Bonaparte.

O livro didático apresenta diversas ações de D. João após a chegada no Brasil, como a Abertura dos portos às nações amigas; criação do Banco do Brasil; assinatura de tratados comerciais com a Inglaterra; estabelecimento da biblioteca real; elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves entre outras ações. Menciona também a coroação de D. João VI em 1818, após a morte da rainha, Dona Maria I, que falecera dois anos antes, bem como o acordo entre a família real portuguesa e a família real austríaca para o casamento do príncipe D. Pedro, com a arquiduquesa austríaca, Dona Maria Leopoldina, que chegou ao Brasil em 1817.

Na página 89, o autor cita as composições dos partidos (Brasileiro, Português, Liberais Exaltados ou Radicais) no período da independência, com a mesma composição apresentada pelo livro da editora Moderna. A seguir, o livro aborda a Revolta de Pernambuco, a Revolução do Porto de 1820 e as exigências das Cortes de Lisboa para o retorno de D. João VI; e a tentativa da restauração do antigo pacto colonial.

O livro encerra as discussões sobre a Independência demonstrando o protagonismo de D. Pedro I, que rompeu com as Côrtes de Lisboa, ao dar destaque a dois momentos: o Dia do Fico, quando D. Pedro I se recusou a retornar a Lisboa e decidiu permanecer no Brasil. O outro momento é o tradicional Grito do Ipiranga.

Finalmente, em 7 de setembro de 1822, diante de nova determinação da corte para que voltasse definitivamente a Portugal, D. Pedro declarou a Independência, ato que ficou conhecido como Grito do Ipiranga (SALVARI, s/d, p. 32).

O capítulo se encerra com conteúdos sobre o governo do Primeiro Reinado, a Assembleia Constituinte de 1823, a outorga da Constituição de 1824 e o movimento revolucionário da Confederação do Equador e termina com a crise política enfrentada por D. Pedro I, que culminou com a abdicação em 1831. No final do capítulo, são apresentados dois textos, o “SAIBA MAIS”, que, assim como o livro da Moderna, fala sobre Maria Quitéria, a soldado que participou da guerra na Bahia; e o segundo texto, “Curiosidades”, que discute as possíveis mudanças ocorridas no Brasil com a Independência.

Considerações Finais

Após a análise dos dois livros, é possível concluir que o livro didático da Construir faz uma abordagem mais tradicional do que o livro da Moderna. Corroboramos este aspecto ao analisarmos duas imagens, a primeira a que introduz o capítulo 6 da editora Moderna e a segunda introduz a unidade 2 da editora Construir.



Imagem 1 - Imagem de introdução do capítulo 6 do livro didático da Editora Moderna.

Na imagem 1, que introduz o capítulo sobre a Independência do Brasil no livro didático da editora Moderna, percebe-se a valorização da arte compreendida como “arte marginal”, o grafite, e este representa a valorização da diversidade do povo brasileiro. Percebemos, no centro da imagem, um garoto com características mestiças e, no fundo, a bandeira do Brasil. A referida imagem traz uma ideia de uma formação do povo brasileiro pautada na diversidade, é visível os traços africanos na pintura do grafite.



Imagem 2 - Imagem de introdução da unidade 2 do livro da editora Construir.

Já na imagem 2, da editora Construir, a qual introduz a unidade 2, que discute a Independência do Brasil, a foto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro nos remete às ações de D. João VI, com objetivo de embelezamento da capital do reino. É inegável a importância da obra e a beleza da mesma, porém ela não enfatiza a diversidade étnico racial brasileira, apenas reforça a ideia da centralidade europeia no desenvolvimento da nossa história. Portanto, o segundo livro analisado valoriza os grandes feitos e a história das grandes personagens, por exemplo, elenca 13 ações realizadas por D. João V I no Brasil e traz detalhes de sua coroação e do acordo nupcial entre o príncipe regente, D. Pedro e a princesa Austríaca Maria Leopoldina.

Apesar do manual do professor do livro didático da Construir indicar que o capítulo 5 da unidade 2 trabalhará as habilidades da BNCC (EF08HI07, EF08HI11, EF08HI12,



EF08HI13), a habilidade (EF08HI11)¹⁵ não é contemplada no referido capítulo, que não cita, em nenhum momento, as revoltas ocorridas nas províncias, nem evidencia o protagonismo de diferentes grupos sociais, como propõe a dita habilidade. De acordo com o capítulo em análise, a Independência do Brasil resultou dos conflitos e acordos realizados entre as Cortes, a família real portuguesa, o príncipe regente D. Pedro I e uma mínima participação da elite brasileira.

Após a análise dos livros didáticos do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais utilizados em escolas do município de Ibicuí, livros das editoras Moderna e Construir, concluímos, que os livros didáticos analisados reproduzem uma narrativa historiográfica eurocêntrica da Independência do Brasil. O estudo dos referidos livros conduz o aluno a entender um processo de Independência no qual não houve protagonismo dos brasileiros e até mesmo a elite brasileira teve papel secundário. Os populares são citados brevemente no livro da Moderna ao citar a Batalha do Jenipapo ocorrida no Piauí. Quanto ao livro da Construir como citado acima, a participação popular nem sequer é mencionada.

Percebemos que, mesmo com o advento das leis na área educacional com objetivo de uma abordagem democrática do ensino, na qual a história e cultura das minorias sociais fossem valorizadas, como a história e cultura afro-brasileira e indígena, haja vista a Lei 9394/96 e suas alterações, a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, o ensino de história, levando em consideração os livros didáticos analisados, centra a abordagem em uma história eurocêntrica, na qual a ação dos negros ainda não é compreendida como parte do processo de Independência. Logo, não favorece a prática de ensino/aprendizagem na qual o negro é parte integrante na construção social, cultural, política e econômica do Brasil.

¹⁵ Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.



Fontes

BRAICK, P. R; BARRETO, A. **Estudar História: das origens do homem à era digital**. São Paulo: Moderna, 3ª edição, 2018.

SALVARI, F. **Diálogos da História** – 8º ano do Ensino Fundamental. Recife: Construir, s/d.

Referências

AMARAL, B. do. **Ação da Bahia na obra da independência nacional**. Salvador: EDUFBA, 2005.

AMARAL, B. do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957, p. 6-7.

ANDRADE, M. J. de S; TEIXEIRA, M. G. “Luís Henrique Dias Tavares: trabalho dedicação, precisão e crítica”. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; SOUSA, Avanete Pereira (orgs). **Capítulos de história da Bahia: Independência**. Salvador: EDUNEB, 2017.

ARAÚJO, U. C. “A política dos homens de cor no tempo da Independência”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n, 50, (jan/abril) 2004, p. 255-256. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100022&script=sci_arttext > Acesso em 20 de junho de 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm > Acesso em 03 de maio de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 91.542**, de 19 de Agosto de 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 02 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm > Acesso em 04 de maio 2021.

BULCÃO SOBRINHO, A. A. A. B. **A Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa de 1821**. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, s/d.

FARIAS, E. K. V. **Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2010.

FERREIRA, R. F. S. “Liberdade de Imprensa nas Cortes Constituintes de 1821-1822”. In: SOUSA, J. P (org). **Jornalismo e Estudos Midiáticos: Memória VI**. Porto: Publicações Fundação Fernando Pessoa, 2023, p. 55-70.



GUERRA FILHO, S. A. D. **O povo e a guerra**: participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia (dissertação). Salvador, 2004. Disponível em: https://portal2dejulho.ffch.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2020/01/dissertacao_SAGF.pdf> Acesso em 13 de julho 2023.

JANZ, R. C. **Dez anos da lei 10.639/03**: o que mudou nos livros didáticos de História? – Uma proposta de análise. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Florianópolis, 2014. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/31/1405545780_ARQUIVO_trabalhocomplet_o_RubiaCarolineJanz.pdf > Acesso em 04 de maio de 2022.

KRAAY, H. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 22, n. 43, 2002.

MALERBA, J. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Introdução, p. 19-52.

MATOS, J. S. **A história nos livros didáticos**: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. Historie, vol 3, n 1, 2012, p. 51-74. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3152> > Acesso 20 de abril de 2021.

OLIVEIRA, P. R; DUARTE, A. R. B. **Livros didáticos de história no contexto da Lei nº 10.639/2003**: algumas contribuições e discussões para análise de materiais didáticos e os resultados pós-lei. Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1831> > Acesso em 30 de abril 2021.

PEDREIRA, J. M. “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: MALERBA, J. (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PONTES, K. V. (Dissertação de Mestrado). **Mulatos**: políticos e rebeldes baianos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.160p.

REIS, J. “**O jogo duro do dois de julho**: o ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”. In:

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: A resistência negra no Brasil Escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989. cap. 5, p. 79-98.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHULTZ, K. “A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1822)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, I. A. C. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia**. 1836.

TAVARES, L. H. D. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005. 248 p.



ZACHEU, A. A. P; CASTRO, L. L. O. **Dos tempos imperiais ao PNDL: a problemática do livro didático no Brasil.** Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problematica1.pdf> > Acesso em 20 de março 2021.

Dossiê



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 20 de fevereiro de 2023.

Artigo aprovado para publicação em: 04 de agosto de 2023.